



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016  
CAFÉ COM SABOR DE INCLUSÃO



## **Nome**

Paulo Santos Freitas Júnior

## **Formação**

Assistente Social formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos);

## **Titulação**

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

## **Instituição**

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Campos dos Goytacazes/RJ (Assistente Social)

Faculdade Redentor/Campos-RJ (Docente)

## **Telefone**

(22) 27328938/998173755

## **E-mail**

amigodaalegria@gmail.com

## **Natureza**

Relato de Experiência

## **Eixo**

II Política e Serviço Social

## **Tema**

Educação

## CAFÉ COM SABOR DE INCLUSÃO

Paulo Santos Freitas Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO** Pretendemos com este artigo apresentar a experiência do “Projeto Café com Inclusão”, que foi elaborado pelo Serviço Social Escolar e vem sendo desenvolvido, desde 2012, na Sala de Recursos da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, situada em Morro do Coco, 12º distrito do Município de Campos dos Goytacazes (RJ). O projeto tem por objetivo a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar, para isso, criamos um espaço permanente e contínuo de debate/reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação com pais e/ou responsáveis. Nossas análises da experiência prática tomam por base a produção acadêmica/literatura sobre o tema tratado. Concluimos que o projeto tem se constituído em importante instrumento no processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino do referido município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Exclusão. Integração. Inclusão. Pessoa com deficiência. Educação.

**SUMMARY** This article we intend to present the experience of the "Coffee Design with inclusion", which was prepared by the School and Social Service has been developed, from 2012, in the room of school Resources In Municipal Ferreira de Araújo, located in Morro do Coco, 12th District of the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ). The project aims at the implementation of inclusive practices on the part of the school community to create a permanent and continuous space discussion/reflection on the process of inclusion of person with disabilities in the context of education by parents and/or guardians. Our analysis of the practical experience they take based on academic production/literature on the topic treated. We conclude that the project has become an important instrument in the process of inclusion of person with disabilities in regular education network of the municipality.

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Campos dos Goytacazes (RJ); Professor do Curso de Serviço Social da Faculdade Redentor (Campos); Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); E-mail: amigodaalegria@gmail.com

**Key Words:** Deletion. Integration. Inclusion. Person with a disability. Education.

## **INTRODUÇÃO**

Promover a inclusão de pessoas com deficiência nos diversos níveis que compõe a sociedade (família, escola, trabalho, esporte, lazer, turismo, recreação) é efetivar a cidadania dessas pessoas, elevando-as ao patamar de atores (sujeitos) e não mais de meros e passivos espectadores. Tema polêmico, a inclusão tem sido objeto de reflexões em livros, artigos técnicos, reportagens impressas, radiofônicas e televisivas em todo o Brasil e significado um desafio a ser enfrentado por aqueles que buscam uma sociedade na qual a convivência entre as pessoas seja respaldada pelo respeito às diferenças individuais e pela luta contra qualquer forma de discriminação.

Vários Municípios do Brasil estão preocupados em promover a inclusão da pessoa com deficiência na Educação, processo que é realizado com o apoio das Salas de Recursos. Em Campos dos Goytacazes (RJ), o Serviço Social Escolar vem desenvolvendo na Sala de Recursos da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, localizada no Distrito de Morro do Coco, o “Projeto Café com Inclusão”, foco de nossas reflexões neste artigo, que são embasadas na produção acadêmica/literatura sobre o tema e concluem que o projeto tem significado um relevante instrumento no processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino daquele município.

Pretendemos com esta abordagem, que foi organizada em dois (02) tópicos, contribuir para o debate em torno do tema tratado, de forma que medidas concretas venham a ser efetivadas por pais, educadores e governantes no sentido de tornar a inclusão escolar uma realidade na vida de todas as pessoas, com e sem deficiência.

## **I – ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO.**

Outrora um legado passado de pais a filhos de modo absolutamente natural e familiar, a aprendizagem instala-se, nos séculos XVI e XVII, onde permanece até hoje – na escola (SAVIANI, 2000, p. 03). Inicialmente influenciada pelo regime rígido e moralista da Igreja, a aprendizagem constituía-se num processo disciplinar inflexível, autoritário e arbitrário onde o professor falava e aluno escutava. Nesse sentido, a escola passou a ser o centro do saber instituído, o professor o detentor e o transmissor do conhecimento socialmente construído, o aluno um depositário desses conhecimentos e a sala de aula um

lugar sombrio, silencioso e de mera repetição, o que levou Paulo Freire a denominar sabiamente esse processo de “ensino bancário” (1996, p. 27).

No Brasil, a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que este tomou só podem ser compreendidos, segundo Romanelli (2003), a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político. No caso da pessoa com deficiência, o direito à Educação é, segundo Mazzotta (2003), atitude muito recente na nossa sociedade, constituindo-se em medidas isoladas de indivíduos ou grupos, a partir de meados do século XX.

Por deficiência, estamos entendendo qualquer restrição ou falta (resultante de um impedimento) da habilidade para desempenhar uma atividade de uma maneira, ou com variância, considerada normal para um ser humano (OMS, 1980 apud SASSAKI, 1997). Pessoa com Deficiência é aquela “[...] que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social” (PNEE apud MIRANDA, 2001, p. 103). Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que 10% da população mundial possui alguma deficiência (física, mental, auditiva, visual ou múltipla), o que corresponde a 610 milhões de pessoas. Em países onde os índices de pobreza são maiores, esta porcentagem pode aumentar para 15% (BARBOSA, 1997; CLEMENTE, 2004; GRAJEW, 2002; LIRA, 2003; MIRANDA, 2001; WERNECK, 1997, 1999, 2003).

No Brasil, esta parcela da sociedade corresponde a 24,5 milhões de pessoas (14% da população), conforme dados do Censo Demográfico realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BARBOSA, 1997; CLEMENTE, 2004; GRAJEW, 2002; LIRA, 2003; MIRANDA, 2001; WERNECK, 1997, 1999, 2003). Segundo dados da OMS, aproximadamente 80% das pessoas com deficiência vivem em países em desenvolvimento, 98% delas estão totalmente negligenciadas e um terço (1/3) é de crianças (WERNECK, 1999, p. 45; WERNECK, 2003, p. 25).

Conforme preconiza Mazzotta (2003, p. 16), até o século XVIII, as noções a respeito das deficiências estavam ligadas mais ao misticismo e ao ocultismo do que em bases científicas. Essa falta de conhecimento contribuiu para que as pessoas com deficiência fossem marginalizadas e ignoradas. A concepção religiosa de que “o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus” e de que “a condição de deficiente é imutável”, levou a sociedade à completa omissão em termos de organização de serviços que pudessem atender as necessidades individuais especiais dessa população (MAZZOTTA, 2003).

Os primeiros movimentos em prol do atendimento as pessoas com deficiência e, que se concretizaram em medidas educacionais, surgiram na Europa, sendo levadas posteriormente para os Estados Unidos, Canadá e diversos outros países, inclusive o Brasil. A defesa da cidadania e do direito à Educação das pessoas com deficiência é, segundo Mazzotta (2003, p. 15), atitude muito recente na nossa sociedade, constituindo-se em medidas isoladas de indivíduos ou grupos, a partir de meados do século XX. Ainda que iniciativas oficiais e particulares isoladas de atendimento as pessoas com deficiência tenham sido empreendidas já no século XIX, é só no final dos anos 50 e início dos anos 60, do século XX, que a educação especial é incluída na política educacional brasileira (MAZZOTTA, 2003, p. 27). O atendimento escolar especial às pessoas com deficiência, dessa forma, teve seu início, no Brasil, na década de 50 do século XIX quando foi criado, por D. Pedro II, em 12 de setembro de 1854, pelo Decreto Imperial nº 1.428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (MAZZOTTA, 2003, p. 28).

A Educação para pessoas com deficiência evoluiu da fase da exclusão, onde simplesmente era ignorada; passando pela fase da segregação institucional, em que instituições voluntárias (em sua maioria religiosas e filantrópicas) eram responsáveis pela Educação Especial que era administrada para crianças com deficiência; pela fase da integração, onde as crianças com deficiências eram colocadas em “classes especiais” dentro das escolas; até a fase (atual) da inclusão, que prevê a interrelação de alunos com e sem deficiências, professores e funcionários numa mesma sala de aula e em setores operacionais da escola e da comunidade (SASSAKI, 1999, p. 112-117).

Historicamente, é nos anos 50 do século XX, com a criação da pré-escola, nos Estados Unidos, para atender crianças negras que viviam em guetos e tinham dificuldades para entrar no sistema de ensino, que está a origem da escola/educação inclusiva, pois é o primeiro indício de uma modificação e ampliação do sistema educacional para atender uma “minoría”. Todavia, é em 1978, no México, que é documentada, pela primeira vez, a busca por uma escola/educação que atendesse a todos e que fosse capaz de combater a elitização da escola/educação nos países da América Latina (SASSAKI, 1999, p. 48-49).

Os preceitos da Educação Inclusiva foram oficialmente documentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, no período de 1983 a 1992 (Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência), na Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada pela ONU em 1990, que por sua vez inspirou nosso Plano Decenal de Educação para Todos, na Declaração de Salamanca, registrada pela UNESCO em 1994 e nas Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1993 (SASSAKI, 1999, p. 118).

No Brasil, existem vários Estados e Municípios, em que pesem suas dificuldades administrativas, financeiras e políticas, preocupados em promover a inclusão das pessoas com deficiência nos diversos segmentos que compõe a sociedade, em especial na Educação. Situado na Região Norte/Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Município de Campos dos Goytacazes conta atualmente com vinte e seis (26) Salas de Recursos que atendem alunos com algum tipo de deficiência. A Sala de Recursos da Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, localizada no Distrito de Morro do Coco, será o foco de nossas reflexões no próximo item.

## **II - A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAFÉ COM INCLUSÃO.**

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na parte Norte da Baixada Fluminense, na região banhada pelo Rio Paraíba do Sul, a duzentos e setenta e nove (279) km da capital, Rio de Janeiro, teve até a década de 30, do século XX, sua economia baseada na cultura da cana-de-açúcar e fabricação de açúcar e álcool (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2006; CRUZ, 2006). Atualmente, o município é reconhecido pela extração de mais de 80% do petróleo que é produzido no Brasil, processo que se inicia no final da década de 70, com a instalação da Petrobras em Macaé, município vizinho, e por constituir-se num polo universitário (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2006; CRUZ, 2006).

Comparado a outros municípios de porte médio do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes (RJ) é considerado regionalmente como um polo de Educação nos níveis infantil, fundamental, médio e universitário onde cento e cinquenta e sete (157) escolas, setenta e sete (67) creches, cinco mil (5.000) professores e cinquenta e sete mil (57.000) alunos compõem a rede municipal de ensino público que está entre as que apresentaram altos índices de distorção idade/série e as piores médias (3,2 pontos) na lista do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), segundo levantamento que realizamos na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SMECE).

Os altos índices de distorção idade/série podem ser explicados por suas elevadas taxas de evasão e reprovação, o que tem requerido investimentos em reformas estruturais das escolas e creches, qualificação de professores, fornecimento de uniformes, material escolar e merenda, dentre outros, que objetivam imprimir qualidade à rede pública de ensino municipal. Os reflexos de um contexto político marcado nos últimos vinte anos por constantes alterações de governo e, conseqüentemente, de secretários, normas e estratégias de ação (políticas de governo) vêm, assim, interferindo negativamente na consolidação de uma Educação de qualidade no município.

Dentre os distritos que compõe sua área geográfica destacaremos, para efeito deste artigo, o de Morro do Coco. Criado pelas deliberações estaduais de 11 de outubro de 1857 e

10 de agosto de 1891 e decretos estaduais números 01 de 28 de maio de 1892 e 01 A de 04 de junho do mesmo ano, Morro do Coco possui uma superfície de 238.400 km e uma população estimada em aproximadamente 20.000 habitantes, número questionável diante do constante êxodo causado pela falta de perspectivas de uma vida mais digna na própria localidade em decorrência da ausência quantitativa e qualitativa de bens e serviços que possam satisfazer as necessidades básicas de seus moradores (trabalho, educação, transporte) (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2006). É considerada uma área rural que foi colonizada, provavelmente, por belgas que habitaram a região de “Alegria”, hoje Pedra Lisa, importante área de turismo da região, que possui zonas férteis apropriadas para lavoura mista e já foi grande centro de produção agrícola e criação do município, tendo produzido algodão, café, feijão e cana-de-açúcar (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2006).

É neste contexto que se situa a Escola Municipal Lulo Ferreira de Araújo, que foi fundada em 1965, passando a funcionar em 1966 como a maior escola construída no distrito, onde a maioria das crianças/adolescentes encontra-se matriculada (851 alunos). É nesta unidade escolar que funciona uma (01) das vinte e seis (26) Salas de Recursos existentes no município e que atende, atualmente, trinta (30) crianças/adolescentes que possuem algum tipo de deficiência (autismo, auditiva, física, intelectual, múltipla).

Oferta obrigatória dos sistemas de ensino e voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais, é um serviço educacional que visa promover acesso, interação e participação daqueles alunos nas atividades escolares (ROPOLI et al, 2010). Espaços localizados nas escolas de Educação Básica, onde se realiza o AEE, as Salas de Recursos foram instituídas por meio da Portaria nº 13, de 24 de Abril de 2007 e organizadas com mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público alvo da educação inclusiva (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades), em turno contrário à escolarização (Contraturno) (ROPOLI et al, 2010, p. 31).

Para atender a todos, a escola atual precisa mudar, mas o desafio da mudança deve ser assumido e decidido pelo coletivo escolar. Nesse sentido, “o AEE não pode ser um mero apêndice da vida escolar ou da competência do professor que nela atua” (ROPOLI et al, 2010, p.10). Embora as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica atribua ao professor a promoção de espaços de participação da família e a interface com os serviços de Saúde, Assistência Social e outros (BRASIL, 2009), esta atribuição não é privativa daquele profissional.

Materializando o desejo de pais e/ou responsáveis por alunos (as) atendidos (as) na Sala de Recursos daquela unidade escolar, de construção de um espaço de debate, reflexão e fomentação de práticas inclusivas no ambiente escolar foi elaborado pelo Serviço Social Escolar, em janeiro/fevereiro de 2012, o projeto “Café com Inclusão”, que vem sendo desenvolvido desde então com o objetivo de criar um espaço permanente e contínuo de debate/reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação com pais e/ou responsáveis por alunos (as) acompanhados (as) pela Sala de Recursos do Colégio Municipal Lulo Ferreira de Araújo, situada no Distrito de Morro do Coco, no Município de Campos dos Goytacazes (RJ) que culmine com a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar (FREITAS JÚNIOR, 2012, p. 03).

É na família que são desenvolvidos valores, hábitos e ideias sobre as coisas e sobre o mundo, portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa na família. Entretanto, a falta de informação por parte dela sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência nos diversos âmbitos que compõem a sociedade (educação, saúde, trabalho, cultura) ainda é grande.

No âmbito da educação, a família deve estar presente em todos os momentos, colaborando com sugestões e participando das decisões relacionadas ao atendimento das necessidades educacionais especiais de seus filhos. Contudo, essa participação pode ficar prejudicada na medida em que ela desconhece o direito da pessoa com deficiência ao acesso e permanência aos sistemas regulares de ensino (públicos e particulares), em salas comuns, com currículos, metodologias e avaliações adaptadas e recursos e apoio pedagógico especializado que constitui o AEE, que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Desde sua implementação, em junho de 2012, a equipe do projeto (assistente social, estagiários de Serviço Social, mediadoras, professoras da Sala de Recursos) já realizou inúmeros encontros (reuniões mensais), sempre às segundas-feiras, no turno da tarde, por aproximadamente duas (02) horas, na Sala de Recursos da unidade escolar onde já foram debatidos temas relacionados à inclusão: Sala de Recursos, Exclusão, Integração, Inclusão, Deficiências, Família.

Espaço essencialmente político, a reunião é um instrumento coletivo de reflexão sobre as necessidades, preocupações e interesses comunitários assim como de organização e ação. Tem por objetivos estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema e tomar decisão sobre algum assunto (SOUSA, 2008). Dentre as reuniões realizadas, destacamos as que comemoraram o Dia das Mães (em Maio), o Dia

das Crianças (em Outubro) e o Natal (em Dezembro), que além do lanche contaram com a distribuição de brindes.

Para promover uma maior interação entre os participantes, temos desenvolvido nessas reuniões técnicas de dinâmica de grupo que é um instrumento que usa jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros de um grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática definida, onde o responsável por sua execução age como um facilitador. É utilizada pelo Serviço Social como recurso para levantar debates sobre determinados temas com um grupo maior de usuários ou atender um maior número de pessoas que estejam vivenciando situações parecidas (SOUSA, 2008).

Ao final de cada reunião, que tem contado com a participação regular de cinquenta por cento (50%) dos pais e/ou responsáveis (em sua maioria mães), foram propostos novos temas a serem abordados no encontro seguinte, realizada uma avaliação e servido um café (o que deu nome ao projeto) organizado e custeado pela equipe do projeto.

Além das reuniões realizadas na unidade escolar, destacamos também a participação, em setembro de 2014, dos alunos, seus pais e/ou responsáveis e da equipe técnica da Sala de Recursos no desfile cívico em comemoração ao Dia da Pátria, que é realizado no Distrito e a apresentação do projeto, na forma de pôster, em Encontros Regionais de Educação: II Encontro Regional de Serviço Social na Educação das Regiões Norte, Noroeste e Baixada Litorânea, realizado pelo CRESS 7ª Região, em Macaé/RJ (Março de 2013) e I Encontro de Serviço Social na Educação de São João da Barra/RJ (Novembro de 2015).

A participação da família dos alunos que são acompanhados pela Sala de Recursos, o que vem ampliando o caráter interdisciplinar do AEE e favorecendo o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem (ROPOLI et al, 2010), leva a equipe do projeto a acreditar que, em médio e longo prazo, o mesmo culmine com a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos evidenciar neste artigo que a inclusão da pessoa com deficiência nos diversos âmbitos que compõe a sociedade, em particular a Educação, ainda é um processo em construção no Brasil o que demonstra que velhas concepções de homem, de sociedade e de mundo estão sendo postas em xeque enquanto novas ideias e ideais estão surgindo.

As pessoas com deficiência estão dividindo os mesmos espaços com as “pessoas sem deficiência” e dando lugar a um novo entendimento da condição existencial e novas

formas de tratar tal condição. Esse reconhecimento implica o respeito pela diferença e, “as deficiências são uma manifestação da diversidade humana” (WERNECK, 2003, p.49).

Se é certo que precisamos ampliar as discussões sobre o tema, também certo é que muito ainda está por se fazer. É preciso que as leis sejam cumpridas, que os profissionais sejam qualificados e que os recursos didático-pedagógicos sejam oferecidos as escolas para que a educação inclusiva se efetive enquanto direito. Tais medidas, no entanto, não serão empreendidas sem a organização e a participação dos movimentos sociais e das famílias das pessoas com deficiência enquanto estratégia coletiva de resistência à discriminação, dificuldade de acesso aos bens e serviços socialmente construídos e ao preconceito.

O projeto “Café com Inclusão”, elaborado e desenvolvido pelo Serviço Social Escolar, pretende ser um espaço permanente e contínuo de debate/reflexão sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da Educação com pais e/ou responsáveis por alunos (as) acompanhados (as) pela Sala de Recursos que culmine com a efetivação de práticas inclusivas por parte da comunidade escolar de Morro do Coco, distrito de Campos dos Goytacazes (RJ).

Embora varie seu conceito, estrutura e funcionamento ao longo de sua trajetória histórica, a família está presente em todas as sociedades e constitui a mais importante matriz do desenvolvimento humano. Neste sentido e, no que se refere à família de alunos que são acompanhados pela Sala de Recursos, a participação de pais e/ou responsáveis é de extrema importância, pois pode contribuir significativamente para o desenvolvimento daqueles tanto dentro quanto fora da escola. O desafio está lançado e não há caminhos prontos a trilhar, mas a desbravar.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria Lima. A assistência social e a pessoa portadora de deficiência. **Cadernos ABONG**, nº 19, São Paulo: PERES Gráfica e Editora, out., 1997, pp.50-51.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Perfil 2005**. Campos dos Goytacazes (RJ): ISECENSA/FUNDENOR, 2006.

CLEMENTE, Carla Aparício. **Trabalhando com a diferença**: responsabilidade social e inclusão de portadores de deficiência. Brasília (DF): TEM, 2004.

CRUZ, José Luís Vianna da. Origem, Natureza e Persistência das Desigualdades Sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Orgs.). **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, pp. 33-67.

FREITAS JÚNIOR, Paulo Santos. **Projeto Café com Inclusão**. Campos dos Goytacazes (RJ): SMEC, 2012.

GRAJEW, Oded. Inclusão das pessoas com deficiência. **Revista SEBRAE**, nº 05, Brasília (DF): Gráfica Brasil, jul/ago., 2002, pp.54-56.

LIRA, Guilherme de Azambuja. O impacto da tecnologia na educação e inclusão social da pessoa portadora de deficiência auditiva: TILIBRAS – tradutor digital português x língua brasileira de sinais – LIBRAS. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 29, nº 03, Rio de Janeiro: SENAC, set/dez., 2003, pp.43-53.

MASSOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e práticas públicas**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais. **Caderno CRH**, nº 34, Salvador (BA): Centro de Recursos Humanos/UFBA, 2001, pp. 99-123.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Demerval. A educação como questão nacional. In: \_\_\_\_\_. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 6. ed., Campinas (SP): Autores Associados, 2000, pp. 01-07

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2008, 119-132, Disponível em: <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2. ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNWCK, Cláudia. **Sociedade inclusiva**: quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA, 1999.

WERNWCK, Cláudia. **Você é gente?** O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano. Rio de Janeiro: WVA, 2003.